

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.009 - PB (2020/0261894-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ESTADO DA PARAÍBA**  
**PROCURADOR : DANIELE CRISTINA VIEIRA CESÁRIO - PB014395**  
**AGRAVADO : LUIZ FELIZARDO DA SILVA**  
**ADVOGADOS : UBIRATÃ FERNANDES DE SOUZA - PB011960**  
**ALEXANDRE GUSTAVO CEZAR NEVES - PB014640**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DA PARAÍBA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim resumido:

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÕES CÍVEIS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO AÇÃO DE COBRANÇA POLICIAL MILITAR ADICIONAL DE INSALUBRIDADE PLEITO DE PAGAMENTO EM PERCENTUAL EQUIVALENTE A 20% (VINTE POR CENTO) DO SOLDO APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 650797 SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL IRRESIGNAÇÃO DO PROMOVIDO E PROMOVENTE ANÁLISE CONJUNTA COM O REEXAME NECESSÁRIO PREJUDICIAL DE MÉRITO PRESCRIÇÃO DE FUNDO DO DIREITO REJEIÇÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 85 DO STJ MÉRITO INAPLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES D LEI COMPLEMENTAR Nº 50 DE 2003 AOS MILITARES MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1852012 POSTERIORMENTE CONVERTIDA NA LEI Nº 97032012 QUE SOMENTE SE APLICA AO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE QUE PERMANECE DESCONGELADO REFORMA PARCIAL DA SENTENÇA PROVIMENTO DO RECURSO DO AUTOR E DESPROVIMENTO DO RECURSO DO ESTADO DA PARAÍBA E DO REEXAME NECESSÁRIO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a", do permissivo constitucional, alega violação do art. 1º, *caput*, do Decreto n.20.910/1932, no que concerne à prescrição do fundo de direito, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O postulante, ao alterar que a modificação em foco não o açambarcaria – por ser justamente servidor público militar – possuía 05 (cinco) anos para a propositura da demanda respectiva, contados a partir da data da vigência da norma em

# *Superior Tribunal de Justiça*

comento, que trouxe uma lesão ao seu patrimônio jurídico (fl. 120).

[...]

Destarte, considerando a regra plasmada no art. 1º, do Decreto 20.910/1932, impõe-se o reconhecimento da prescrição da exigibilidade do direito em comento, afinal de contas, o termo final do lapso prescricional (30 de abril de 2008), de há muito, já se havia passado quando ajuizada a presente ação (fl. 121)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, é incabível o recurso especial porquanto eventual violação de lei federal seria meramente indireta e reflexa, pois exigiria um juízo anterior de norma infralegal, o que refoge à competência deste Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.524.223/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 11/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.802/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 13/4/2020; AgInt no Resp 1.652.475/MG, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no REsp 1.724.930/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 22/8/2018; AgInt no AREsp 1.133.843/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 27/3/2018; REsp 1.673.298/DF, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 9/10/201

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente